

“Nosso Terreno”

crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira*

“Nosso Terreno”

moral crisis, evangelical politics, and the formation of a Brazilian “New Right”

BENJAMIN ARTHUR COWAN**
*Departamento de História
Universidade George Mason
Fairfax, Virginia
EUA*

RESUMO A direita política evangélica no Brasil tornou-se presuntiva, mas foram prefiguradas durante os processos simultâneos de redemocratização nacional e de politização evangélica na década de 1970. Nesta encruzilhada, os líderes de várias denominações religiosas adotaram a linguagem de uma crise moral aguda, lançando as bases para uma direita evangélica. A própria crise moral tornou-se “nosso terreno”, o ponto de inserção dos evangélicos de direita na esfera política, e uma das várias questões-chave que dividem evangélicos reacionários e seus correligionários progressistas. Até o momento da Constituinte, a posição dos Batistas e Assembleianos, como vozes dos conservadores que apoiaram amplamente o regime militar e se opuseram às iniciativas de justiça social do ecumenismo de esquerda e ao comunismo, tinha sido estabelecida após anos de pronunciamentos que ligavam essas questões à crise moral. Este artigo inicia um exame desses

* Artigo recebido em: 12/09/2013. Autor convidado.

** Contato: ben.a.cowan@gmail.com.
Tradução: Clara Furtado Lins.

anos, dos contornos determinantes da transição gradual das coisas etéreas para as coisas políticas – e o significado destes contornos para facilitar a ascensão da direita evangélica.

Palavras-chave direita, moralismo, evangélicos

ABSTRACT Right-wing evangelical politics in Brazil have become presumptive, but they were prefigured during the simultaneous processes of national redemocratization and evangelical politicization in the 1970s. At this crossroads, leaders of several denominations adopted the language of acute moral crisis, laying the groundwork for an evangelical Right. Moral crisis itself became “nosso terreno” – the point of insertion for right-wing evangelicals in the political sphere, and one of several key issues that would divide reactionary evangelicals from their progressive co-religionists. By the time of the constituinte, Baptists’ and Assembleianos’ position as vocal conservatives who largely supported the military regime and opposed ecumenicalism, leftist social justice initiatives, and communism had been established by years of pronouncements linking these issues to moral crisis. This paper begins an examination of those years, of the determinative contours of the gradual transition from things ethereal to things political—and the significance of these contours in facilitating the rise of the evangelical Right.

Keywords Right Wing, moralism, evangelicals

Introdução

Em 1979, o Brasil avançou em direção à democracia. Dr. Eli Francioni de Abreu, o diácono da Primeira Igreja Batista de Niterói de Nilson Fanini, afirmou que nem tudo estava bem no mundo. “Os dias em que estamos vivendo”, ele escreveu,

bem poderiam ser caracterizados pela palavra insatisfação. De todas as partes do globo ouvimos de nações com os variados problemas. Revoltas, protestos, roubos, assaltos, crimes de toda a sorte (...). A moral desce tão baixo pela desfiladeiro da degenerescência. À sociedade moderna, tão materializada e corrompida, faltam as duas coordenadas (...) que governam toda a conduta do homem no Universo: religião [e] moral”.¹

Abreu compartilhava com seu pastor, o próprio Fanini – uma estrela nascente naquele período –, este sentimento de crise aguda. Em um ser-

1 ABREU, Eli Francioni de. Apresentação. In: Pastor Nilson do Amaral Fanini. *Dez passos para uma vida melhor*. 5 ed. Venda Nova: Editora Betânia, 1979, p.6-9.

mão proferido à época, o “Billy Graham brasileiro” afirmou, de forma mais sucinta, que “o mundo, em crise econômica e social, gera males físicos e morais, males da carne e do espírito”.²

Quase uma década depois, enquanto Edir Macedo, fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus, tornava-se um nome familiar no Brasil, a mensagem de Fanini e de Francioni saiu do púlpito e entrou nas salas de poder do estado transicional. A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) reuniu-se em Brasília para debater e codificar as promessas democráticas feitas na década de 1970 e um quadro emergente de políticos evangélicos preparava as bases para o que viria a ser conhecido como a *bancada evangélica*, um bloco evangélico ideologicamente congruente no legislativo nacional. Os contornos direitistas deste bloco manifestaram-se cedo, como prometera o congressista e futuro deputado federal Daso Coimbra, ao afirmar que o “grupo dos deputados evangélicos vai reagir à articulação dos constituintes de esquerda”. Outros deputados evangélicos expandiram esse objetivo, denunciando uma “crise moral”. Costa Ferreira, um membro da Assembleia de Deus do Maranhão, opôs-se à inclusão de texto proibindo a discriminação com base na orientação sexual, com o fundamento de que tal garantia aprofundaria a evidente crise moral e sexual.

Se a expressão ‘orientação sexual’ for mantida aqui, no texto do Anteprojeto, haverá devassidão total. Sem isto, ela já está por aí! Todo mundo tem liberdade! O homossexual masculino sai por aí vestido de mulher, com peruca loura, sapato alto e tudo o mais! (...) Lésbicas saem vestidas de homem, cortam o cabelo, usam barba! (...) Quem é que está discriminando essa gente?³

Ele acrescentou que evitar tal discriminação seria “trazer para o Brasil a maldição de outros países. Seria uma maldição igual à que existia em Sodoma e Gomorra”.⁴ O delegado Matheus Iensen (também da Assembleia de Deus, como também o eram catorze do total de trinta e quatro delegados evangélicos), enquanto isso, explicou que ele e seus companheiros evangélicos estavam na convenção para defender a família. “A esquerda radical”, ele disse, “queria liberar tudo. A família é a célula básica da sociedade e tem de ser preservada”.⁵

Em 2013, essas confissões podem soar familiares para um público acostumado com as estreitas políticas evangélicas de um Silas Malafaia ou de um Marco Feliciano. Mais recentemente, o poder legislativo tem sido

2 FANINI, Nilson do Amaral. Cura Divina. In: Pastor Nilson do Amaral Fanini. *A Fonte da Felicidade e outras mensagens de poder*. Rio de Janeiro: Associação Fluminense de Educação, 1981.

3 FERREIRA, Costa. *Discurso na Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher*. Brasília: Senado Federal, 1987, p.88.

4 Plenário recusa emenda contra discriminação a homossexual. *Folha de S. Paulo*, p.A-6, 29/01/1988.

5 PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a Bancada Evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, n.11, p.114, 1989.

permeável à ascendência dessa direita evangélica e, nesse momento, cerca de 77 dos 594 deputados federais brasileiros pertencem a essa bancada. Eles ganharam notoriedade, nos últimos tempos, por sua bem sucedida oposição ao “kit gay”, um currículo anti homofobia distribuído nas escolas públicas.⁶ No Brasil de 1988, no entanto, o surgimento da hegemonia da vertente arqui-conservadora nas políticas evangélicas não era uma consequência previsível. Historicamente auto-identificados como apolíticos, os evangélicos do Brasil inicialmente evitaram qualquer envolvimento com o ambiente “mundano”, mas a partir do momento em que o país começou a reconstruir suas instituições democráticas, protestantes de várias denominações começaram a eclodir na cena política.⁷ Estudiosos das correntes evangélicas brasileiras situaram esta politização na década de 1980 e demonstraram que ela adquiriu uma variedade de formas, incluindo traços do progressismo protestante.⁸ Assim, enquanto Costa Ferreira, João de Deus e Daso Coimbra insistiam na existência de uma crise moral, uma parte dos pregadores da esquerda evangélica respondia com pedidos por pluralismo, democracia e equidade. Em alguns casos, esses pedidos levaram à perseguição por parte do Estado dos progressistas evangélicos.⁹ Ainda no contexto marcado por tal diversidade, vários temas dividiam os progressistas dos conservadores, muitas vezes em torno de linhas de força e com formas que prefiguraram o surgimento de uma direita evangélica.

De fato, essa prefiguração havia começado na década de 1970, quando a redemocratização teve início. Conforme a abertura progredia, alguns evangélicos modificaram o que tinha sido uma rejeição liturgicamente difusa e preventiva em relação às coisas “do mundo” (em oposição às coisas de Deus e à Sua Palavra). Nesta encruzilhada crucial, os líderes de vários ramos

6 GUIMARÃES, Larissa; FALCÃO, Márcia. Bancada evangélica diz que não vota ‘nada’ até esclarecer ‘kit gay’. *Folha de São Paulo*, 1, 17/05/2011; CASTRO, Gabriel; MATTOS, Marcela. Vinde a mim os eleitores. *Veja*, 23/03/2013.

7 CAMPOS, Leonildo Silveira. Os políticos de Cristo: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria da Dores Campos (ed.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2006, p.29-90; BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre a cultura política, estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009, p.115; FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994. Ver também NOVAES, Regina. *Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania*. São Paulo: Marco Zero, 1985; D'EPINAY, Christian Lalive. *El refugio de las masas*. Santiago: Editora del Pacífico, 1968; WILLEMS, Emilio. *Followers of the new faith: culture change and the rise of protestantism in Brazil and Chile*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1967; CHESNUT, R. Andrew. *Born again in Brazil: the pentecostal boom and the pathogens of poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997; STEIGENGA, Timothy. *The politics of the spirit: the political implications of pentecostalized religion in Costa Rica and Guatemala*. Lanham: Lexington Books, 2003. GARRARD-BURNETT, Virginia; STOLL, David (org.). *Rethinking protestantism in Latin America*. Philadelphia: Temple University Press, 1993; BURDICK, John. *Looking for God in Brazil: the progressive catholic church in urban Brazil's religious arena*. Berkeley/London: University of California Press, 1993; FRESTON, Paul. *Evangelical christianity and democracy in Latin America*. New York: Oxford University Press, 2008. CUNHA, Magali do Nascimento. *A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

8 CAMPOS, Leonildo Silveira. Os políticos de Cristo; LÖWY, Michael. *The war of Gods: religion and politics in Latin America*. London/New York: Verso, 1996; SILVA, Paulo Julião da. O alinhamento protestante ao Golpe Militar e a repressão aos ‘crentes subversivos’. *Historia e Debate*, 24/03/2010.

9 LÖWY, Michael. *The war of Gods*; SILVA, Paulo Julião da. O alinhamento protestante; BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais*.

adotaram a linguagem da existência de uma aguda crise moral, preparando as bases para o avanço de uma direita evangélica que surgiria para parecer-se com o que, em outras partes do hemisfério, seria chamado de uma nova direita – uma combinação de reação moral e cultural, oposição ao desenvolvimento e/ou manutenção do Estado de bem-estar social.¹⁰ A própria crise moral tornou-se o “nosso terreno” – o ponto de inserção para os evangélicos de direita na esfera política em contexto de abertura, e uma das várias questões principais que dividiriam os evangélicos reacionários (particularmente os batistas e assembleianos) dos, ultimamente menos visíveis, progressistas correligionários. Até o momento da Constituinte, a politização dos batistas e assembleianos como pregadores conservadores, que apoiavam amplamente o regime militar e se opunham ao ecumenismo, às iniciativas de justiça social de esquerda e ao comunismo, tinha sido estabelecida ao longo de anos de pronunciamentos públicos que conectavam essas questões à crise moral e à necessidade de atuar na política. Este artigo realiza um exame inicial desses anos, revelando os contornos determinantes da transição gradual das coisas etéreas às coisas políticas – e o significado destes contornos para facilitar a ascensão da direita evangélica.

Lutando contra o Príncipe das Sombras: o moralismo diário e o mundano

A moralidade, é claro, sempre fez parte das narrativas evangélicas no Brasil e em outros lugares. A crise motivadora do final dos anos 1970 e 1980 – as declarações de Costa Ferreira e de Daso Coimbra da dissolução do aqui e do agora, por exemplo – diferiam, no entanto, das encarnações anteriores, que condenavam o mundo terrestre como local de uma batalha eterna contra Satanás. Os primeiros moralistas evangélicos reagiam não a um aumento percebido da imoralidade, mas a uma eterna batalha em curso contra todas as coisas mundanas, incluindo a política e os políticos. Tais suposições morais e de pregação representavam, sobretudo, uma rejeição evangélica tradicional a todas as coisas “mundanas” e um foco deliberado na atenção sobre as coisas de Deus e Seu reino.¹¹ Se a moralidade conservadora conectou os evangélicos através do tempo e do espaço, no Brasil, as injunções do período antes da abertura diferem marcadamente daquelas que se desenvolveram na década de 1970. A variante inicial militava menos contra uma crise aguda do que contra os pecados comuns a todas as eras – contra uma temporalidade pecaminosa que, para os evangélicos, era só,

10 PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília, p.115.

11 RICARDO, Mariano. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p.191; CAMPOS, Leonildo Silveira. Os políticos de Cristo, p.51.

mais recentemente (não necessariamente mais notoriamente), manifesta nos costumes contemporâneos.

Por isso quando o *Mensageiro da Paz*, o jornal oficial das Assembleias de Deus no Brasil, publicou a peça “Onde Estão as Virtudes?”, em janeiro de 1961, o editor, Emílio Conde, estava menos interessado em condenar a “crise moral” do que em lembrar aos leitores que a obstinação e o mal prevaleciam neste mundo. Os seres humanos simplesmente precisavam reconhecer a “pobreza” espiritual do mundo e a necessidade de rejeitar o mundano em favor da “Graça Divina”.¹² O pastor Vandir Henrique da Silva tornou esta mensagem mais prescritiva, afirmando que o próprio mundo, em termos mais gerais, era a raiz do desvio:

Amar o mundo é tornar-se desprovido da visão espiritual. É conformar-se ou padronizar-se com suas práticas e costumes, contrárias à moral bíblica (...) os efeitos entorpecentes, oriundos das paixões carnis, que combatem contra a alma regenerada do filho de Deus. O enfraquecimento espiritual é fruto da conformação com o mundo.¹³

Essa concepção do mundano, enraizada na Bíblia, transcendia o tempo e não se restringia a uma crise atual ou excepcional das normas ou das práticas morais. Um coro de advertências oriundo de todas as vertentes ecoou essa perspectiva, tomando o mundano como seu principal inimigo. “O Vício Diabólico de Jogar Cartas” intentava mostrar, por exemplo, que a imoralidade sempre existiu ao longo da história, e reforçava que o jogo de cartas, desde tempos imemoriais, havia colocado em perigo as almas dos fiéis.¹⁴ O artigo metodista de conselho, “O que faz o Cristão”, proibia qualquer coisa “mundana”, permitindo filmes e música, mas condenando “ambientes desagradáveis de fumo e bebidas e conversas mundanas que naturalmente nos desligam de Deus”. Esses ambientes deviam ser evitados *principalmente porque eram mundanos*, isto é, porque “afasta-o [um cristão] das profundas meditações na Palavra de Deus, tira-lhe o bom costume de orar (...) afastando-se por fim dos cultos”.¹⁵ Escrevendo em 1968, enquanto os conservadores seculares denunciavam as mudanças do político para o lascivo, Batista Ebenezer Cavalcanti afirmou que, para os fiéis, as mudanças no mundo significavam pouco porque o aqui-e-agora era *sempre* um lugar de pecado. “As coisas”, escreveu ele com desprezo, “estão mudando muito rapidamente. Mudam para melhor e mudam para pior. O fato é que mudam”.¹⁶ O mundo era apenas um “campo de batalha” na antiga luta contra o “príncipe das trevas” – tanto que, de acordo com

12 Onde estão as virtudes? *Mensageiro da Paz*, p.1, 1-15/01/1961.

13 SILVA, Vandir Henrique da. A Igreja no Mundo. *Mensageiro da Paz*, ano 47, n.3, p.7, 1977.

14 MALGO, Wim. O vício diabólico de jogar cartas. *Mensageiro da Paz*, n.1085, p.5, 1978.

15 O que faz o cristão. *Igreja Metodista do Brasil*, São Paulo, p.1, 9/11/1969.

16 CAVALCANTI, Ebenézer. Jovens Batistas. *Jornal Batista*, p.7, 14/01/1968.

o proeminente pastor, e em alguns momentos missionário, Geziel Gomes, “os costumes do mundo são a doutrina de satanás”.¹⁷

Direitistas católicos e seculares apertaram as mãos no que concerne à batalha contra a imoralidade mundana, invocando Sodoma e Gomorra para argumentar que a crise moral tinha, de fato, terminado.¹⁸ Na linguagem evangélica dos anos 1960, por contraste, as cidades de pecado apareciam como parábolas litúrgicas muito mais desapaixonadas; a dissolução e o caos, naturalmente e permanentemente, reinavam nesta vida e garantiam a mortalidade do aqui-e-agora. Embora os males contemporâneos do mundo estivessem cambaleando, eles não sugeriam uma crise aguda, até mesmo para os escritores evangélicos milenaristas. Quando os líderes evangélicos dirigiram seus discursos para o fim dos dias, eles não faziam isso com objetivo de pânico ou de uma crise moral, mas para reafirmar a inevitabilidade do Dia do Juízo Final. O *Mensageiro da Paz* comentou sobre a “lassidão moral (...) exaltação da carnalidade, (...) o materialismo, a confusão social, a angústia coletiva, a perplexidade das nações, (...) e o caos universal” – ainda assim insistia que esses males não pressagiavam tanto uma crise da modernidade, e muito mais a sempre presente possibilidade de uma segunda vinda de Cristo.¹⁹ De acordo com um pastor, “os dias em que vivemos são os dias do pecado, da impiedade, da hipocrisia, e da desonestidade”, tal era a natureza do mundo terrestre, que remonta a Sodoma e Gomorra. O Dia do Juízo Final, quando chegasse, iria solucionar todos os muitos séculos de impiedade.²⁰

Até esse dia, de acordo com as prescrições evangélicas tradicionais, os crentes devem, cuidadosamente, mesmo obsessivamente, evitar as coisas deste mundo. Isto significava, explicitamente, a negação da política e do político. Ou seja, durante a maior parte da história dos evangélicos no Brasil, a política mundana provocava não só desaprovação, mas aversão visceral. A máxima “a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” aparecia como um refrão frequente, quase reflexivo, um advertência aos fiéis à gestão degradada dos assuntos terrestres.²¹ Os metodistas de São Paulo, por exemplo, rejeitaram a ideia da reforma redistributiva, em 1969,

17 SOUZA, Reginaldo de. Não é tempo de brincar de ser crente. *Mensageiro da Paz*, n.1240, p.5, 06/1990; GOMES, Geziel. Doutrina e costumes. *Mensageiro da Paz*, ano 47, n.7, p.2, 1-15/07/1977.

18 Ver, por exemplo, SOARES, Sylvestre Travassos. Moral e comunismo. *Boletim do Diretório da Liga de Defesa Nacional*, n.64, p.3, 1969. Discuto este tipo de moralismo em COWAN, Benjamin. ‘Why hasn’t this teacher been shot?’: moral-sexual panic, the repressive right, and Brazil’s national security state. *Hispanic American Historical Review*, v.92, p.403-436, 2012.

19 Sinais dos tempos: Jesús vem breve. *Mensageiro da Paz*, ano 2, n. 31, p.3, 16-30/01/1961; Assim... como o vistes ir. *Mensageiro da Paz*, ano 31, n.3, p.1, 1-15/02/1961.

20 Onde aparecerá o impio? *Mensageiro da Paz*, ano 31, n. 3, p.1, 1-15/02/1961.

21 Ver, por exemplo, ALMEIDA, Abraão de. Igreja e política: é lícito às lideranças religiosas envolverem-se em luta de classe? *Mensageiro da Paz*, p.4, 07/1980; FERRAZ, Orlando. Reivindicações dentro da Lei. *O Estandarte*, p.1, 15/10/1968; SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; FILHO, Oswaldo Munteal. *A Ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p.161.

não porque se opusessem a tal reforma, mas porque se recusavam a contemplar tais questões políticas. Um pregador queixou-se de que “fala-se muito em reforma de base” quando a “reforma do homem interior” (isto é, da alma) deveria triunfar sobre as questões da desigualdade e da injustiça.²² Em 1978, quando, como veremos, a oposição ao envolvimento político começou a relaxar em alguns setores evangélicos, Joanyr de Oliveira teve que reconhecer que “considerável parcela da comunidade evangélica é hostil aos que se dedicam a esse tipo de atividade [política]”, tanto que “há velhos e generalizados preconceitos contra eles. Nenhuma outra classe é tão agredida pela injustiça e (...) maledicência” quanto os evangélicos.²³ Em 1988, os Presbiterianos Independentes – retardatários na mesa política – ainda liam “os nossos na política” como sinal de que “novos tempos se avizinham.”²⁴ Mesmo os fiéis das Assembleias de Deus (que forneceu quatorze dos trinta e quatro delegados evangélicos ao Congresso Constituinte, de 1986,) mantinham alguma da reticência tradicional em relação à política, insistindo, no início de 1980, que a politicagem pública deveria dar lugar à inviolabilidade da ordenação. “Como pastor,” Joanyr de Oliveira afirmou, “sou extremamente cauteloso para não envolver a igreja em lutas políticas. A santidade da Igreja não pode ser arranhada por nada deste mundo”.²⁵

De fato, antes do período de *Abertura*, a mera sugestão da política atraía a ira dos leitores das publicações evangélicas. Em 1968, por exemplo, o *Jornal Batista* foi forçado a emitir uma espécie de pedido de desculpas defensivo por se ocupar, mesmo que pouco, das questões terrestres. Quando os editores do *Jornal* opinaram sobre o ativismo estudantil e os enormes protestos contra o governo, ocorridos em março, os leitores escreveram para reclamar que a revista havia publicado um “artigo político”. A resposta dos editores, ainda que transpirasse um tom irritado, evitava, hipocritamente, a escrita sobre a política: “dizer que nosso artigo era político só porque afirmamos que não estamos numa ditadura é, também, excesso”.²⁶ O pastor luterano, Jost Ohler, entretanto, editor do *Jornal Evangélico*, admitiu que este havia noticiado sobre política nacional e observou as reações dos leitores que exigiam que ele “separa[sse] nitidamente” o *Jorev* (seu nome abreviado) das publicações seculares. Alguns leitores, de fato, pediram a censura independente, preventiva, que iria manter a política fora do quinzanal luterano, pois “um jornal deste tipo não tem lugar em nossa Igreja”.²⁷

22 Guerra aos vícios. *Igreja Metodista do Brasil*, p.1, 19/10/1969.

23 OLIVEIRA, Joanyr de. Nós, a política e o Parlamento. *Mensageiro da Paz*, n.1083, p.2, 1978.

24 Os nossos na política. *O Estandarte*, p.3, 05/1988. *O Estandarte* é o jornal oficial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPB), que separou da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) em 1903.

25 OLIVEIRA, Joanyr de. Joanyr de Oliveira. *Jovem Cristão*, n.15, p.9, 1983.

26 Ainda sobre estudantes. *Jornal Batista*, p.3, 21/04/1968.

27 OHLER, Jost. Agradar gregos e troianos: possibilidades e limites do *Jornal Evangélico*. *Jornal Evangélico*, ano XC, n.1, p.5, 1-15/01/1975; Editorial. *Jornal Evangélico*, ano XC, n.2, p.3, 16-31/01/1975.

“Nosso Terreno”: abandonando o apolítico

No entanto, mesmo quando os leitores do *Jorev* firmemente mantinham esta linha sobre a politicagem, outras vertentes tinham de fato se tornado mais relaxadas nesta questão. Quando o governo militar gradualmente cedeu, representantes de várias vertentes começaram a sugerir uma nova abordagem, mais conciliadora, para a política secular. Ao final de 1970, por exemplo, o *Mensageiro da Paz* começou a imprimir um segmento regular de *Informação*, que trazia as notícias de ordem mundana para esse boletim, e continuou a fazê-lo, apesar das reclamações de alguns leitores de que tais notícias políticas pertenciam estritamente a “publicações seculares”.²⁸ A maneira como este relaxamento aconteceu determinou o destino da política evangélica nas décadas seguintes. Realmente, o fato de que os evangélicos do Brasil forjaram uma *Nova Direita* tem muito a ver com o momento, em torno de uma década, em que os evangélicos entraram na política e com o fato de que as vertentes conservadoras, apreendendo a moralidade e os discursos de crise moral como “nosso terreno”, avançaram rapidamente em direção ao chão legislativo. À medida em que, no final dos anos 1970 e 1980, o abandono do apoliticismo desdobrou-se, evangélicos moralmente conservadores dominaram a estreia dos políticos que se auto-identificavam como crentes. Liderados por batistas e assembleianos, esses políticos defendiam a remoralização como seu ponto de entrada no mundo “sujo” da política nacional. Eles supervisionavam o processo pelo qual os *evangélicos* entraram no legislativo nacional, emergindo como a automeada vanguarda da defesa contra a crise moral iminente.

Para surpresa de alguns observadores, batistas e assembleianos de Deus gostavam da representação desproporcional nos primeiros momentos do Brasil recém-redemocratizado. Dos trinta e quatro delegados evangélicos na ANC, em 1988, vinte e dois vinham apenas dessas duas vertentes.²⁹ Certamente, a década anterior à Constituinte havia pressagiado esta prontidão dos batistas e assembleianos para dar o salto político. Foi nessas duas vertentes que as vozes mais fortes e mais visíveis da politização surgiram, argumentando que os fiéis deveriam entrar na política pelo propósito urgente de defender os interesses evangélicos e morais. Esses setores conservadores tiveram uma presença tão forte que, de fato, os evangélicos progressistas se sentiram no dever de denunciar, publicamente, o desequilíbrio.

Na década de 1970, em meio ao desenvolvimento de “guerras culturais” e anos antes da notável explosão de moralismo na ANC, o *Mensageiro da Paz* tinha começado, de forma sutil, a sugerir às Assembleias que, afinal

28 Coluna do Diretor. *Mensageiro da Paz*, ano 47, n.10, p.2, 1977.

29 PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília. Havia no total 559 delegados.

de contas, o mundo não-sacramental exigia sua atenção. A já mencionada *Informação* centrava seus textos em torno das questões conservadoras morais e políticas. A seção consistia em recortes de jornais de todo o mundo, que versavam sobre temas que iam desde os excessos do Carnaval (no qual, um *Mensageiro* horrorizado relatava que o padre Ozy Fogaça, mais uma vez, se juntou aos desfiles de rua, “conhecidos pela participação de homens fantasiados de mulher”); até o debate em curso sobre o aborto na América Latina; as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética; e as depredações dos revolucionários maoístas e marxistas, da Rodésia até Cuba.³⁰ Em 1978, admitindo que muitos evangélicos ainda eram “hostis” em relação à ideia de envolvimento político, o diretor do *Mensageiro* e o porta-voz assembleiano, líder Joanyr de Oliveira, aconselhou uma mudança de opinião sobre esta questão. “Há de considerar”, escreveu ele,

que os evangélicos autênticos estão no parlamento como intérpretes de nossos pontos de vista (...). Quando eles combatem o jogo, dizem lá o que diríamos se nos dispuséssemos de um tribuna. Quando condenam o alcoolismo, expressam nossa opinião, que não pode ecoar no plenário das Casas do Parlamento. Quando enfatizam os malefícios do tabagismo, expõem à opinião pública aquilo que todo homem ‘nascido de novo’ tem no coração mas não logra fazer ecoar muito longe.³¹

Aqui Oliveira se equilibrou numa linha tênue, mas cada vez mais comum – a que divide as políticas proscritas do mundano daquilo que alguns evangélicos conservadores chamavam de “nosso terreno”: as políticas públicas de moralidade, espiritualidade e sexualidade privadas. Como a transição para a democracia começou com seriedade, batistas e pentecostais encontraram-se, como Oliveira, pedindo abertamente pelo aumento da participação em uma espécie de política que iria focar nas questões acima mencionadas: alcoolismo, tabaco, jogo e as proscricões culturais preferidas.

O engenheiro que virou batista e depois deputado federal, Arolde de Oliveira, teve uma visão semelhante, insistindo, em 1982, que ele havia se tornado um político porque “a via política (...) trilhada conforme os valores morais, constitui o caminho mais seguro para superarmos (...) a difícil quadra que atravessamos”. Ele creditou à “minha comunidade evangélica” sua inserção no legislativo federal e afirmou que representar aquela comunidade e seus interesses formava o cerne principal do seu mandato no governo.³² José dos Reis Pereira, que editou o oficial *Jornal Batista* por

30 Informação. *Mensageiro da Paz*, ano 47, n.3, p.16, 1977. Ozy Fogaça participou de várias manifestações de religião popular e enfrentou a censura religiosa dentro de sua própria denominação. COSTA, Haroldo. *Política e religiões durante o carnaval*. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2007, p.251.

31 OLIVEIRA, Joanyr de. Nós, a política e o parlamento, p.2.

32 OLIVEIRA, Arolde de. *Atividades parlamentares*: pronunciamentos do deputado. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1983, p.5.

24 anos, foi claro, ao afirmar que os batistas tinham o dever de entrar em conversas públicas sobre moralidade e religião, mas insistiu que isso não entrava em conflito com o apoliticismo veemente. Até o momento da ANC, Pereira estava pronto para reivindicar que a moralidade, como “nosso terreno”, exigia uma entrada na política:

Temos mantido a reserva que tem caracterizado os batistas brasileiros com relação a manifestações de caráter político (...) não opinamos a respeito de deliberações de caráter político; não deixamos, entretanto, de opinar quando essas deliberações se manifestam no campo moral ou no campo religioso. Assim publicamos editoriais e colaborações verberando a exploração oficial do jogo e sua excessiva tolerância quanto ao erotismo ou mesmo a pornografia de publicações e programações consideradas recreativas... *Moral e religião consideramos nosso terreno.*³³

Pereira deixou muito pouco para a imaginação quando se tratava do papel dos batistas e evangélicos que pensam parecido neste “nosso terreno”. Ele fez reivindicações em relação a um estatuto moral majoritário, quase Falwelliano, em que as “minorias” perniciosas de liberais eram “extremamente ativas”, na tentativa de inviabilizar as prioridades constitucionais de uma “maioria conservadora”. Ainda que, neste esquema, Pereira colocasse os batistas no “centro” do espectro político, sua descrição de suas posições desmentia esta afirmação. Batistas, escreveu ele, haviam entrado na política a fim de anular o “ecumenismo, (...) combat[er] o liberalismo teológico (...) mostr[ar] os enganos da chamada ‘teologia da libertação’ e de seu parente próximo, o comunismo internacional”. Como veremos, essas eram algumas das questões que, em breve, iriam dividir decisivamente os evangélicos conservadores dos progressistas. Tomando “nosso terreno” como ponto de partida, Pereira desenvolveu seu ideário mais claramente:

A posição do jornal sempre foi conservadora. Não há nenhum desdouro em ser conservador. A grande Margaret Thatcher não é conservadora? E não foi conservador o maior estadista que a Inglaterra produziu neste século, Winston Churchill? Não sei por que razão os conservadores têm medo de afirmar sua posição. Deixam-se intimidar pelas acusações de radicais que os chama de retrógrados, de direitistas, de reacionários (...) O povo batista brasileiro é conservador e o jornal não poderia ser diferente.³⁴

O ataque da direita na politização evangélica foi tão notável que mais evangélicos progressistas se sentiram pressionados a denunciar a situação. O boletim ecumênico relativamente liberal, *Aconteceu no Mundo Evangélico*, e o de centro-esquerda, *Brasil Presbiteriano*, criticaram o alvorecer da

33 PEREIRA, José dos Reis. Orações pela convenção. *Jornal Batista*, p.3, 03/01/1988. Ênfase adicionada.

34 PEREIRA, José dos Reis. Ponto final. *Jornal Batista*, p.3, 24/04/1988.

política evangélica como excessivamente preocupada com a moralidade e não com os problemas “reais” que o Brasil enfrentava – aqueles de justiça social, direitos humanos e de resistência ao autoritarismo. Lamentando o fato do Brasil “permanecer estruturalmente o mesmo”, (isto é, altamente desigual), o *Aconteceu* apelou para uma melhor avaliação dos candidatos que “se elegem basicamente com votos dados pelos [outros] ‘crentes’”. O boletim de esquerda acrescentou que estes políticos crentes, obcecados com a moralidade, estagnaram a legislatura nacional, uma vez que “só sabem apresentar projetos contra as bebidas alcoólicas, o fumo e o jogo e conseguir dotações para nossas instituições beneficentes”.³⁵ Em outras palavras, os evangélicos de outras vertentes começaram a denunciar a natureza reacionária da política evangélica emergente: sim, os irmãos devem entrar na política, mas *não* com o propósito urgente da moralidade, como foi o presente caso.

Falhas: moralidade, anticomunismo e ecumenismo prefiguram a política

Essa conversa sobre crise moral, ecumenismo, teologia da libertação, comunismo, autoritarismo, resistência e justiça social – ou a falta dela – prefiguravam, precisamente, as divisões que logo separariam os evangélicos em círculos eleitorais de esquerda e de direita, sendo o último triunfante. Se, como apontou Lyndon de Araújo Santos, alguns evangélicos “oscilavam” quando se tratava das políticas de repressão e de reforma, as fissuras que moldariam a direita evangélica ficaram claras na década de 1970. Na verdade, as várias posições das diversas vertentes, nos anos 1960-1970, sobre a moralidade, a repressão anticomunista, o ecumenismo e o governo militar (tanto no Brasil, quanto no exterior) mostravam indicadores bastante precisos das maneiras pelas quais esses grupos se dividiriam durante a posterior ascensão da direita evangélica. A *nova direita* nascente combinava sua percepção de uma crise moral aguda com o apoio ao regime e oposição às ameaças do ecumenismo, da teologia da libertação e do comunismo; mas protestantes liberais, como as passagens acima sugerem, tendiam a *não* se concentrar na crise moral e a apoiar o ecumenismo e a teologia da libertação.

“Uma Onda de Imoralidade” – a crise moral aguda e a falta dela

Quando as conversas políticas surgiram nos fóruns evangélicos, na década de 1970, as divergências rapidamente se tornaram evidentes, principalmente no caso do que os batistas tinham identificado como “nosso

35 Eleições conseguiu [sic] preocupar até a IPB. *Aconteceu no mundo evangélico*, p.4, 11/1982.

terreno”: o terreno da moralidade, da sexualidade e do comportamento de gênero. Enquanto os líderes das vertentes de esquerda (presbiterianos, metodistas e luteranos tradicionais) tendiam a apresentar relativa calma em face às mudanças recentes, a direita embrionária gravitava em torno de um senso agudo de existência de uma crise moral – centrada na sexualidade e no gênero das mulheres e da juventude –, que se tornaria um eixo comum com o governo militar.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o “nosso terreno”, como viam os evangélicos de direita, estava sob ataque sem precedentes. Assim, ainda em 1968, Ebenézer Cavalcanti insistia na constância do pecado e na falta de importância da mudança – indo tão longe a ponto de dizer que as mudanças no comportamento dos jovens não deveriam ser vistas “em termos de *problema*”. Já no final dos anos 1970, as preocupações dos batistas e assembleianos haviam crescido cada vez mais, especialmente quando se tratava da juventude, da delinquência, da “modernidade” e da sexualidade. Contribuintes do *Mensageiro da Paz*, nos anos 1960, viam a “carnalidade” e a “lassidão moral” como sintomas imutáveis das tentações de Satanás, mas, em 1977, o jornal e seus leitores estavam em uma encruzilhada. Enquanto Vandir Henrique da Silva ainda apresentava o pecado como uma realidade transcendente e apolítica, muitos de seus colegas assembleianos tomaram um rumo diferente. Aduauto Edson Dourado, por exemplo, tocava num dos nervos mais sensíveis dos “direitistas” quando se dirigia às mulheres que trabalhavam como a praga da modernidade. Dourado lembrava os crentes dos “princípios bíblicos de que a mulher deve casar e ser boa dona de casa”. Ele lamentava o fato de que, “ao contrário da Sarah bíblica, esposa de Abraão, muitos desprezam este princípio para seguirem o novo curso que o ensinamento moderno dita às famílias que desejam seguir o mundo com sua evolução de costumes”. Dourado manifestava angústia particular sobre *este momento* em que tantas mulheres haviam deixado o lar e, pior ainda, o governo acenava com a legalização do direito das mulheres de trabalharem no período noturno. “Que as mulheres cristãs”, concluiu ele, “não abandonem os princípios cristãos mas saibam permanecer no seu verdadeiro lugar”.³⁶

Os contribuintes do *Mensageiro* foram além desta questão, e alastrou-se um pânico generalizado em relação à “onda de imoralidade”, que necessitava de uma reação política. O artigo “Moral em Decadência” argumentava que essa “onda” aguda causou “amargura nacional”, bravamente amenizada pela presença dos evangélicos no Congresso e sua “denúncia contundente deste estado calamitoso da moral brasileira”. O artigo citava o pronunciamento horrorizado do deputado congregacionista Daso Coimbra

36 DOURADO, Edson. Onde está Sara, tua mulher? *Mensageiro da Paz*, p.11, 05/1977.

de que “estamos vendo a indústria da pornografia e da depravação alcançar um avanço jamais verificado anteriormente”. Coimbra pedia “um freio, em nome da moral, dos bons costumes, e bem assim, na defesa da família, hoje invadida por esse tipo de literatura que se distribui sem nenhum controle”.³⁷

Os leitores assembleianos parecem ter compartilhado, se não ultrapassado, as angústias morais veiculadas em seu jornal. Cartas ao editor, em 1977, queixavam-se de tudo, desde a legislação do divórcio, passando pelas “fotografias com ‘cabeludos’”, até as questões dos cabelos, das maquiagem e das saias longas (ou não suficientemente longas) das mulheres.³⁸ Até as propagandas pareciam provocar um determinado reacionarismo entre os *assembleianos* comuns. A promoção das “Conferências de vida abundante”, uma reunião de oração liderada pelo Pastor Édino Fonseca, centrava-se nos medos em relação aos jovens e nos problemas morais urgentes. O anúncio mostrava um adolescente bem cuidado, certamente nada *cabeludo*, num terno elegante, com óculos, segurando uma Bíblia. Abaixo da foto, o texto encorajava os participantes em potencial a pedir ajuda ao pastor para lidar com as “crises” que afligiam os brasileiros. Fonseca prometeu:

Mensagens que transformarão sua vida. Guerras. Aborto. Drogas. Feitiçaria. Crise Econômica. Frieza Espiritual. Homossexualismo. Se Estes Assuntos o Chocam Vá Ouvir o Servo de Deus, Pastor Édino Fonseca.³⁹

Outras denominações com tendências direitistas também opinavam sobre a urgência destes problemas. Abel Amaral Camargo, o líder da Igreja Presbiteriana Independente Reformada do Brasil, IPIR, um ramo dissidente conservador dos presbiterianos que rompeu com a linha principal em 1968-1972,⁴⁰ disse a seus seguidores que a crise moral da década de 1970 era tão aguda que essa *devia* representar a “última hora”, o fim dos dias. Para provar, ele apontou o bicho-papão para muitos direitistas culturais: a comunicação em massa moderna. “A televisão”, escreveu ele, “é um meio que o diabo usa para (...) sujar os corações dos pais, dos filhos, e dos visitantes (...) [O diabo] é sábio e engana. A televisão tem causado corrupção e a degenerescência de muitas famílias”.⁴¹ O Conselho Evangélico de Educação Religiosa publicou a *Revista da Mocidade*, que alertava os jovens leitores sobre “A Crise Moral de Nossos Dias”, resumindo na admoestação que “tudo conspira no sentido de favorecer o clima de degradação moral que atinge todas as camadas da sociedade”. Vagamente culpando “os comunistas”,

37 Moral em decadência. *Mensageiro da Paz*, p.3, 08/1980.

38 Coluna do diretor. *Mensageiro da Paz*, p.2, 10/1977.

39 Conferências de vida abundante (propaganda). *Mensageiro da Paz*, p.16, 03/1977.

40 LACERDA, Gerson Correia de. Reformed worship in Brazil. In: VISCHER, Lukas (ed.). *Christian worship in reformed churches past and present*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing, 2003, p.241.

41 CAMARGO, Abel Amaral. Televisão X vida cristã. *Aleluia*, p.3, 12/1974.

a *Revista* advertia que o “comportamento sexual forçou as comportas dos impedimentos morais e passou a admitir tudo e a não impedir nada”.⁴²

Talvez de forma mais visível, o pastor Nilson do Amaral Fanini, o “Billy Graham brasileiro”, juntou-se ao coro da crise moral no final da década de 1970 e início da de 1980. Seus sermões, seu jornal, seus discursos na rádio e seu programa de televisão (todos chamados *Reencontro*) assumiram um tom cada vez mais estridente sobre as ameaças críticas que rondavam a juventude, a família, o gênero e a sexualidade. Em 1977, Fanini professou que “quando vejo tanto pecado, creio firmemente que estamos no final dos tempos”. Ele continuou denunciando a mudança geracional, a pornografia, a ressurreição de “Sodoma e Gomorra” e os “corpos usados para a carne, para o pecado, para a devassidão”⁴³ das mulheres. Ao longo dos anos seguintes, o *Reencontro* transbordava de artigos que marcaram a transição dos pregadores batistas para uma política que se centrava em torno de uma crise moral *aguda* (em vez de um estado transcendente de pecado mundano). Como Delcyr de Souza Lima escreveu:

A imoralidade, a permissividade de costumes estão assumindo proporções nunca vistas, ajudadas pelos meios de comunicação. A pornografia tornou-se indústria e põe seus produtos a circular sem que a sociedade reaja. O homossexualismo toma ares de mera opção da liberdade do ser humano e é aceito com indulgência, para não se dizer até apreciação. A família está se deteriorando e produzindo um imenso número de filhos traumatizados (...) Os vícios escravizam.⁴⁴

Poucas válvulas de escape evangélicas aproximaram-se da indignação moralista na CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus), a editora das Assembleias de Deus no Brasil. Livros, revistas e jornais martelavam a mensagem de que a modernidade significava cataclismo moral, isto é, de gênero e sexual. Nels Lawrence Olson, um missionário nascido em Wisconsin, que serviu no Brasil por mais de 50 anos e se tornou uma parte fundamental da paisagem nacional assembleiana, publicou vários livros, entre eles *O Lar Ideal* (1983). Baseando-se em Billy Graham, Olson denunciou primeiro o “movimento feminista que insiste (...) que a mulher seja ‘libertada’ de sua posição (...) que Deus lhes deu como esposas, mães e donas-de-casa (...) a sua posição vocacional a de ocupar o segundo lugar no lar”. Olson reclamou da “grande decadência moral que se nota” e, em seguida, passou a discutir o tema da juventude referindo-se ao pânico moral dos últimos

42 A crise moral dos nossos dias. *Revista da Mocidade*, p.2, set./dez. 1969; Sexo e sexualidade. *Revista da Mocidade*, p.6, set./dez. 1969; Família em perigo. *Revista da Mocidade*, p.10, set./dez. 1969.

43 FANINI, Nilson do Amaral. Evangelizemos. *Reencontro*, p.1, 07/1977. FANINI, Nilson do Amaral. Deus salve o Brasil. *Reencontro*, p.4-5, 01/1984; FANINI, Nilson do Amaral. Nosso relacionamento com Deus. *Reencontro*, p.5, abr./jun. 1984.

44 LIMA, Delcyr de Souza. Editorial. *Reencontro*, p.3, 08/1983.

dez, se não, 15 anos.⁴⁵ Lamentando a lacuna geracional, os “hippies” e a revolta súbita contra a “lei e a ordem” entre os jovens, ele apontou para

jovens que se revoltam contra o trabalho e o estudo: ficam parados nas esquinas, muitos cabeludos, experimentando entorpecentes. Abandonados à própria masculinidade, bandos deles, tanto rapazes como moças, alugam apartamentos e passam o tempo tocando violão e cantando à moda deles. São até revoltados mesmo contra o asseio corporal: deixam de lavar-se e de pentear o cabelo.⁴⁶

O *Jovem Cristão* da CPAD dirigiu esta mensagem aos próprios jovens *crentes*. Escrevendo no início de 1979, o prestes a ser editor Abraão de Almeida, em um artigo de duas páginas, conseguiu condenar os jovens, o feminismo, a pornografia, o abuso de substâncias, os meios de comunicação em massa, a masturbação e os hippies. Sobre o termo “SEXO”, ele escreveu que “neste terreno os apelos são esmagadores. Os cartazes cinematográficos (...) objetivam desarmar os transeuntes de suas reservas morais e conduzi-los ao lamaçal do baixo sensualismo, da vil pornografia”. Pior ainda, acrescentou, era “um novo produto de consumo: a liberação sexual da mulher”. A visita da sexóloga norte-americana Shere Hite – cujos livros foram proibidos nacionalmente – ao Brasil, em 1978, deixou Almeida e seus colegas pastores quase apopléticos. Almeida citou um de seus colegas sobre Hite: “ela veio ensinar as mulheres brasileiras a se prostituírem”. Ele argumentou que “os ‘hippies’ confundiram liberdade com libertinagem”, e insistiu na cristã “libertação das amarras do pecado e, conseqüentemente, dos vícios e prazeres efêmeros desta vida”.⁴⁷

A ferocidade de tais publicações do CPAD apareceu mais agressivamente no *Há esperança para os homossexuais!*, de Claudionor de Andrade, que tinha muito menos a dizer sobre esperança do que sobre as recompensas do pecado. Lamentando que “uma geração passou a respirar sexo”, porque “hoje, tudo está saturado de sexo”, Andrade fez as alegações duvidosas de que os homossexuais “rejubiliam-se com a sodomização dos nossos meninos” e que “pelo menos 70 por cento dos intérpretes desse ritmo imundo e pervertido [rock] são homossexuais”. Talvez mais impressionante, ele escreveu que os homossexuais mereciam as “pragas” que Deus supostamente enviou para puni-los por seus pecados, especialmente a “merecida punição” da AIDS. Ele até deixou implícito que os leitores deviam, de alguma forma, se alegrarem com a morte do ícone Rock Hudson. Revelando detalhes viscerais, Andrade usou uma metáfora:

45 OLSEN, Nels Lawrence. *O lar ideal*. Rio de Janeiro: CPAD, 1983, p.11. Ver: COWAN, Benjamin. Why hasn't this teacher been shot? sobre o pânico moral nos momentos iniciais da ditadura brasileira. O moralismo secular e/ou católico cresceu – junto com a repressão estatal que ele promovia – no final de 1960 e 1970.

46 OLSEN, Nels Lawrence. *O lar ideal*, p.93.

47 VELHO, Gilberto. Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. *Sociologia*, n.38, p.9-17, 2002; ALMEIDA, Abraão de. O jovem na sociedade de consumo. *Jovem Cristão*, p.10-11, jan./mar. 1979.

“Ulcerado, exalando desagradável odor, [Hudson] encenava o último ato de uma peça trágica e, ao mesmo tempo, cômica”.⁴⁸

Este tipo de moralismo representava uma divisão que distinguia a direita evangélica nascente dos demais protestantes. Se Andrade representava um tipo de pânico moral que se alegrava com o advento da AIDS, evangélicos brasileiros mais moderados e esquerdistas evitavam tal pânico em favor de uma entrada mais socialmente progressista na política nacional e na sociedade. Entre estes, luteranos, presbiterianos e grupos ecumênicos associados expressaram sua calma relativa em todas as questões que tanto tinham incendiado os batistas e os pentecostais; eles apoiavam o trabalho da mulher fora de casa, não condenavam as calamidades nos meios de comunicação em massa e até mesmo (em contraste marcante com Andrade) expressavam solidariedade com os trabalhadores do sexo e vítimas da AIDS. Além disso, eles se opunham diretamente (em alguns casos ridicularizando mesmo) o pânico moral dos direitistas. Esses setores relativamente de esquerda da população evangélica do Brasil, unidos vagamente pela sua história (quase todos eram das vertentes tradicionais), formavam um contraponto à direita religiosa que começamos a ver coalescer na década de 1970 e 1980.

Exemplificando esta falta de pânico moral, o Conselho Geral da Igreja Metodista praticamente celebrou as mudanças na estrutura e nas relações familiares e da sociedade. No pronunciamento “A Família e Sua Problemática”, o Conselho tomou conhecimento do sentido de “rápidas e profundas transformações, onde as normas, os valores, e os princípios básicos da vida são constantemente mudados”. Ao invés de condenar tais mudanças, o Conselho apoiava formas de controle de natalidade e, em contraste com o antifeminismo dos direitistas, via a liberação das mulheres como uma mudança positiva. “A mulher”, o pronunciamento observava com indício de aprovação,

não se considera mais somente geradora de filhos e executora das tarefas domésticas, mas passa a ser pessoa, companheira, parte ativa no processo social, compartilhando com o marido as responsabilidades de formação, direção, e sustentação da família. Todos estes fatores têm levado a mulher a buscar sua plena realização fora do lar.⁴⁹

O pastor presbiteriano Gessé de Moraes Araújo ecoou esta tranquilidade em relação à mudança dos comportamentos de gênero. Ao se confrontar com o fato de que “a mulher, hoje, passa (...) a maior parte de seu tempo a trabalhar longe do lar”, Araújo insistiu que isso não colocaria em risco a

48 ANDRADE, Claudionor Corrêa de. *Há esperança para os homossexuais!* Rio de Janeiro: CPAD, 1987, p.9, p.14, p.18, p.63, p.65, p.71, p.74-75, p.87.

49 Comentário do *Credo Social da Igreja Metodista. Em Marcha*, p.53, out./dez. 1981.

unidade familiar e, gentilmente, repreendeu aqueles que previam nisso a “desagregação da família”.⁵⁰

Quando se tratava de “problemas” morais mais amplos condenados pela direita emergente, representantes das vertentes principais (presbiterianos, luteranos e metodistas), no final da década de 1970 e início da de 1980, também gravitavam em torno do progressismo. Suas publicações tendiam a denunciar o sexismo nos meios de comunicação de massa, em vez do sexo em si, protestando contra o “machismo”, os “papéis secundários na vida profissional e familiar” das mulheres e a mídia que apresentava “a mulher (...) como objeto sexual”.⁵¹ Determinados a corrigir esse desequilíbrio, líderes metodistas, luteranos e presbiterianos expressaram-se seriamente sobre a ordenação de mulheres pastoras, e, na década de 1980, muitas pastoras foram ordenadas entre os luteranos e presbiterianos, com o apoio das principais publicações dessas vertentes.⁵² E enquanto os assembleianos se preocupavam com as “prostitutas” e denunciavam os doentes com AIDS, os protestantes de esquerda distinguiam-se mais uma vez nestas questões. Ecumenistas no CEDI incentivavam os programas evangélicos a estenderem a mão aos profissionais do sexo e alguns ministros luteranos e presbiterianos desenvolveram um ativismo solidário com os brasileiros que sofriam de AIDS.⁵³

A esta altura, então, as linhas da politização evangélica haviam sido desenhadas – nos fóruns, onde os evangélicos se sentiam cada vez mais confortáveis em expressar opiniões políticas, o moralismo representava uma linha que separava a direita da esquerda. Já em 1975, as diferenças tinham se transformado em zombaria, com os evangélicos esquerdistas ridicularizando de várias formas a direita religiosa. O outrora relativamente ecumênico *Jornal Evangélico* informou naquele ano sobre a organização católica de extrema direita Tradição, Família e Propriedade, concentrando-se menos em seu catolicismo do que em sua rigidez moral. O *Jorev* ridicularizava as atitudes da TFP em relação ao sexo e ao corpo: “a visão do próprio corpo é um pecado horrível. Até mesmo o banho deve ser tomado sem que os olhos se detenham nas partes nuas”.⁵⁴ Na década de 1980, como mencionado acima, o *Aconteceu no Mundo Evangélico* iria criticar abertamente as políticas evangélicas conservadoras como unicamente

50 ARAÚJO, Gessé Moraes de. Nossas Famílias. *O Estandarte*, p.2, 31/05/1984.

51 O juvenil perante questões de hoje. *Flâmula Juvenil*, p.18, jul./set. 1981.

52 Luteranos e metodistas ordenavam mulheres pastoras na década de 1980; a IPB convidava as mulheres pastoras dos Estados Unidos para ministrarem no Brasil desde 1987, mas não ordenaram suas próprias pastoras até 1999. A Igreja Presbiteriana do Brasil ainda não reconhece as mulheres pastoras.

53 Trabalho de recuperação de prostitutas nos EUA. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, p.7, 01/1986; PEREIRA, Assir. A palavra do presidente: AIDS – pecado e salvação. *O Estandarte*, p.16, 03/1988; SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Mobilizações homossexuais e estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.22, n.63, p.121-135, 2007; *Sangue Novo*: Boletim da ABIA. Rio de Janeiro, n.4, p.18-19, set.1988.

54 Finalmente, a revelação do que é TFP. *Jornal Evangélico*, p.4, 28/02/1975.

focadas na moralidade reacionária.⁵⁵ Quando o *Jornal Batista* pressionou o governo para proibir a exibição do filme de Jean-Luc Godard, *Je Vous Salue, Marie*, o *Aconteceu* zombou da “onda de permissividade” censurada pelos batistas e sugeriu que estes eram fanáticos de mente estreita, que associavam cegamente moralidade, sexualidade e a esquerda: “Mesmo não tendo visto o filme, [o *Jornal Batista*] se sente autorizado a considerá-lo ‘uma paródia grosseira da vida de Maria, em que não faltam cenas eróticas tão ao gosto da intelectualidade decadente, indecente e blasfema”. Os batistas, continuava o artigo do *Aconteceu*, esperavam usar o problema da moralidade como uma cunha entre os progressistas religiosos e não-religiosos.⁵⁶ (Notavelmente, foram os batistas que saíram por cima aqui, já que o filme foi, realmente, banido). Enquanto as vertentes de esquerda criticavam o reacionarismo moral da direita, seus conservadores homólogos apoiavam uns aos outros. O *Jornal Batista* escreveu favoravelmente sobre o trabalho realizado pela CPAD, a editora assembleiana. Em particular, o jornal elogiou *A mensagem oculta do Rock*, uma diatribe moralista de Claudionor de Andrade e Geremias do Couto.⁵⁷

“Tentáculos” do inimigo: ecumenismo, anticomunismo e apoio ao regime

Se o moralismo era um ponto de entrada para aqueles que formaram a espinha dorsal da Nova Direita moralista, distinguindo-os dos crentes mais progressistas, um outro conjunto de questões também prefigurava os contornos da política evangélica, que tomaria forma durante o período de democratização. A crise, para aqueles que se tornariam o núcleo da direita evangélica na política nacional, abrangia não só o moralismo, mas também as ameaças do comunismo e do ecumenismo e promovia, particularmente entre os assembleianos e os batistas, a proximidade com o regime militar em declínio.

O ecumenismo – tanto entre as vertentes evangélicas, quanto envolvendo outras fés (católicos e não-cristãos) – tinha há muito tempo irritado os crentes conservadores, mas, até meados do século XX, começou também a atrair um contingente cada vez maior de moderados. Nas décadas de 1960 e 1970 (e em seguida), um debate sobre se deveriam ou não criar vínculos inter-vertentes foi travado entre aqueles que se opunham ao ecumenismo – batistas, assembleianos de Deus e presbiterianos conservadores (IPC)⁵⁸ – e aqueles dispostos a, pelo menos, manter o ecumenismo de alguma forma – Presbiterianos Independentes (PIB), luteranos e metodistas. Os primeiros, como vimos, ancoravam uma direita evangélica moralista, en-

55 Eleições conseguiu [sic] preocupar até a IPB, p.4.

56 Os batistas e o filme proibido. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, p.5, 01/1986.

57 DELAQUA, André. ‘A mensagem oculta do Rock’: uma pequena exposição. *Jornal Batista*, p.2, 31/01/1988.

58 A Igreja Presbiteriana Conservadora (IPC), formada em 1940 como uma denominação separada, opunha-se à liberação doutrinal e cultural dos presbiterianos mais convencionais.

quanto os pró-ecumênicos moviam-se continuamente para a esquerda, mantendo uma voz calma em oposição ao pânico moral recém-politizado dos evangélicos conservadores.

Os assembleianos constantemente denunciavam o que eles viam como uma conspiração católica ou demoníaca mascarada na forma de ecumenismo. O ódio e o medo da Igreja Católica vinha à tona na forma de advertências: “Cuidado com o laço” em relação “a hoste papalina”. Pior ainda foi o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), uma organização ecumênica mundial. “O atual Conselho Mundial de Igrejas”, zombou o *Mensageiro*, distanciando assembleianos das denominações “tradicionais”,

é o atestado da má saúde espiritual em que se encontra o denominado protestantismo evangélico tradicional. Os tentáculos do CMI insinuam-se praticamente em todas as denominações cristãs evangélicas, sem excetuar sequer a ortodoxa Assembleia de Deus do Brasil, porque, de um modo indireto e sub-reptício, ouve-se de quando em vez entre nós falar de cultos ecumênicos, de reuniões sociais ecumênicas (...) isso, de modo mais acentuado, por parte da juventude de nossas igrejas locais.

Se os assembleianos beiravam o pânico sobre os “tentáculos” do ecumenismo envolvendo seus filhos, os presbiterianos conservadores denunciavam a “lamentável promiscuidade” do ecumenismo.⁵⁹ Os líderes do IPC equiparavam o ecumenismo e o catolicismo com o comunismo, todos embalados numa falange “cripto-católica”, que promovia o “coletivismo que exalta a massa”. O ecumenismo, assim concebido, teria surgido a partir dos “movimentos totalitários, que reconduzem a humanidade para uma nova idade média”. Abertamente ressentidos de um passado não tão recente, quando os católicos acusaram os protestantes de comunismo, o IPC recorreu à linguagem anticomunista conspiratória para descompor Roma: “E o Vaticano? Não terá ele (...) a sua ‘quinta coluna’, os seus ‘inocentes úteis’ no seio do protestantismo?”.⁶⁰

Significativamente, nesse intercâmbio de ideias entre as vertentes, nada despertava tanto a ira conservadora quanto a ideia de “casamento misto”. No início do século, a Igreja Presbiteriana do Brasil tinha expressado mal-estar com tais casamentos: estatutos da igreja insinuavam “grandes perigos” nas núpcias entre membros de duas vertentes, mas permitiam essas uniões “de conformidade com o espírito de tolerância peculiar à Igreja Presbiteriana do Brasil”.⁶¹ Em 1962, presbiterianos conservadores haviam passado do desconforto tolerante para o pânico sobre o casamento entre

59 Promiscuidade lamentável. *Presbiteriano Conservador*, p.5, 04/1962.

60 Editoriais: moderna tática do Vaticano. *Presbiteriano Conservador*, p.3, 08/1962. “Quinta coluna” e “inocentes úteis”, é claro, eram os clássicos da linguagem anticomunista desta era e das antecedentes.

61 Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, desde 1888 até 1942. NEVES, Mário (ed.). *Digesto Presbiteriano*. São Paulo: Editora Cultural Cristã, 2002, p.119.

fés, advertindo contra “casamento entre filhos de Deus e filhos do Diabo”.⁶² Por conseguinte, o artigo “Namoro Guiado por Deus”, destinado a jovens mulheres crentes, contava com a interdição “NÃO TE CASES COM (...) UM DESCRENTE”.⁶³

Na vertente oposta, os presbiterianos tradicionais tinham se tornado, em 1962, notavelmente mais abertos para trocas entre as vertentes da fé; o IPIB havia aderido ao CMI, e a liderança da Igreja prometeu filiação contínua tanto ao CMI, quanto ao Conselho Internacional de Missões (CIM, uma organização inter-religiosa semelhante).⁶⁴ No início da década de 1980, isso seria conhecido como “abrindo as janelas” da Igreja – uma atitude comum, em diferentes graus, nas décadas de 1960 e 1970, dos metodistas e luteranos. Como um pastor metodista colocou, em 1970, “Se me perguntassem se esposo o ecumenismo, diria que apenas parcialmente. Ainda não encontrei uma definição clara da palavra”.⁶⁵ Oficiais luteranos aprovavam o CMI e o projeto ecumênico, enquanto o *Aconteceu no Mundo Evangélico* defendia sem reservas o ecumenismo.⁶⁶ Na verdade, o jornal *Aconteceu* emergiu sob os auspícios da publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) que, na década de 1980, podia contar com o apoio da imprensa metodista e declarar “O Ecumenismo é Irreversível”.⁶⁷ E quando o deputado federal Francisco Dias, um presbiteriano conservador, atacou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, uma coalizão de lideranças católicas progressistas), o *Aconteceu* veio em auxílio da CNBB, se aliando à organização católica e de espírito ecumênico *contra* o reacionário de Dias, que tinha acusado a CNBB de “espionagem religiosa”.⁶⁸

O ecumenismo, então, se configurava como uma divergência definitiva entre os ramos em desenvolvimento da esquerda e da direita dos evangélicos brasileiros. Talvez eram ainda mais divergentes as questões do anticomunismo, das lutas de guerrilha, do governo militar (no Brasil e no exterior), e da justiça social. De modo geral, esses grupos, que eventualmente formariam a âncora de direita da bancada evangélica, tendiam a manter o anticomunismo firme, a indignação sobre a guerrilha, o apoio aos regimes autoritários e uma negligência relativa sobre as questões da justiça social; ao passo que o oposto caracterizava os setores evangélicos que, eventualmente e com um pouco menos de sucesso, procurariam contrabalançar a bancada.

62 PAULA, Horácio de. O ministério e o casamento. *Presbiteriano Conservador*, p.3, 06/1962.

63 Página da mocidade: namoro guiado por Deus. *Presbiteriano Conservador*, p.4, 06/1962.

64 Atos oficiais da Igreja: mesa administrativa. Importantes resoluções tomadas na segunda reunião annual. *O Estandarte*, p.4, 15/01/1962.

65 Ecumenismo. *Igreja Metodista do Brasil*, p.1, 16/08/1970.

66 KUNDE, Rudolfo. Delegação Ecumênica negocia paz na América. *Jornal Evangélico*, p.11, 06/1988.

67 O Ecumenismo é irreversível. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, p.4, 04/1988.

68 Deputado evangélico ataca a CNBB. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, p.6, 02/1986.

As vertentes tradicionais, apesar de algumas diferenças na reação imediata ao golpe de 1964, coincidiram em finalmente se opor ao regime. Líderes presbiterianos da vertente principal, que haviam apoiado as reformas de base de Goulart, inicialmente comemoraram o golpe, mas mudaram de ideia na década de 1970 e adotaram uma posição mais próxima da dos metodistas, dos luteranos e das organizações ecumênicas.⁶⁹ *O Estandarte* até emitiu um pedido de desculpas por seu apoio ao golpe de 1964, admitindo que a ditadura tinha sido brutal e assassina e lamentando publicamente o envolvimento dos evangélicos nos aparelhos de tortura aterrorizantes do estado militar.⁷⁰ *O Jornal Evangélico* luterano se opôs consistentemente aos regimes militares no Brasil e no exterior. Em 1971, o *Jorev* tentou fazer de tal oposição um problema evangélico, denunciando a tolerância do governo aos esquadrões de morte e observando que, no Espírito Santo, um corajoso policial metodista tinha se manifestado para expor tal esquadrão.⁷¹ Nos meses e anos subseqüentes, o jornal iria apoiar os pedidos para derrubar o Ato Institucional Número 5 (AI-5); comparar o regime – “militar que não honra a farda” – a Pôncio Pilatos e censurar, redondamente, a Ideologia de Segurança Nacional, a variante brasileira de uma vertente intelectual no hemisfério que facilitou o abuso dos direitos humanos.⁷² Em 1972, o *Jornal Evangélico* arriscou-se a ser censurado, ou ainda o pior, ao apoiar abertamente o regime de esquerda de Salvador Allende, no Chile.⁷³ *O Aconteceu no Mundo Evangélico*, entretanto, representava o polo mais vociferante de oposição ao autoritarismo de direita. Ao longo da década de 1980, o boletim ecumênico celebrou as vitórias da oposição ao governo militar no Brasil; criticou repetida e abertamente a tortura do estado militar nos países aliados, Uruguai e Argentina; aplaudiu a oposição dos chilenos metodistas a Pinochet; enquanto condenaram o apoio religioso à ditadura na Argentina e repudiaram aqueles evangélicos de direita no Brasil, que apoiavam o governo militar no país e nos países vizinhos.⁷⁴ *O Aconteceu* observou, com orgulho, que o pastor presbiteriano, Jaime Wright, tinha fundado o Brasil Nunca Mais.⁷⁵

69 MÁLAQUE, Brahim José. Entre a cruz e a espada. *O Estandarte*, p.4, 31/03/1964; O país tem novo presidente. *O Estandarte*, p.2, 15-30/04/1964; FRANÇA, Daily Resende. Dom Jorge, a revolução armada e os apelos da paz. *O Estandarte*, p.1, 1-15/03/1968.

70 BARROSO, Nelson Aves. Violência e tortura. *O Estandarte*, p.16, 11/1987; LESSA, Roberto Vicente Cruz Tehmudo. Juventude pós 64. *O Estandarte*, p.7, 10/1987.

71 Esquadrão em julgamento. *Jornal Evangélico*, p.1, 1-15/11/1971.

72 Manifestações importantes. *Jornal Evangélico*, p.10, 1-15/02/1975; Meditação: responsabilidade política dos cristãos. *Jornal Evangélico*, p.3, 16-31/03/1975.

73 MAEDSCHE, A. Chile: uma esperança? *Jornal Evangélico*, p.16, 1/03/1972.

74 Editorial. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, p.2, 11/1982; Argentinos condenam violência/Hiber Conteris continua preso. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, p.4, 01/1983; Metodistas chilenos contra a violência do regime militar. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, p.3, 01/1986; Contra e a favor de Pinochet. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, p.5, 02/1986.

75 Cassação anulada. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, p.5, 01/1986. Wright pertencia à Igreja Presbiteriana Unida (IPU), fundada em 1978 em protesto à administração conservadora da IPB.

Os estudiosos das correntes evangélicas adequadamente ressaltaram o apoio à ditadura de grandes parcelas da liderança crente.⁷⁶ Foram estes setores, entre eles batistas, assembleianos e presbiterianos conservadores, que combinaram a crise moral com outras formas de coalescência direitista, na década de 1980. *O Presbiteriano Conservador* e o *Jornal Batista* abraçaram o golpe de 1964 e nunca se arrependeram desse apoio.⁷⁷ Em 1968, os líderes batistas insistiram que “No Brasil não estamos sob ditadura” e apoiaram a repressão do governo aos protestos estudantis (“movimento político em que o Governo foi atacado enquanto era exaltado o fracassado guerrilheiro ‘Che’ Guevara”) e ao clero ativista, a quem o *Jornal Batista* se referiu como “guerrilheiros”.⁷⁸ Vários assembleianos e batistas proeminentes estudaram e discursaram na Escola Superior de Guerra, cultivando a proximidade com os tecnocratas do regime e fornecendo literatura evangélica nos principais ambientes ideológicos. Enquanto estava na ESG, por exemplo, o pastor conservador assembleiano Guilhermino da Cunha insistiu na influência demoníaca de Cuba e no brilhantismo do presidente militar repressivo, Emílio Garrastazu Médici.⁷⁹ O insatisfeito ramo de direita dos presbiterianos, por sua vez, elogiou J. Edgar Hoover e denunciou o “regime diabólico” que “procurava (...) fazer do Brasil uma sala de visitas da Rússia”.⁸⁰

Conclusão

Ao longo das décadas de 1970 e de 1980, esses crentes que optaram pelas políticas progressistas tendiam a apoiar uma panóplia de causas relacionadas à justiça social. Em 1955, os presbiterianos tinham estimulado a fundação do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da Confederação Evangélica do Brasil; na década de 1970, líderes ecumênicos, como Jeter Pereira Ramalho, ganharam notoriedade e, algumas vezes, foram perseguidos pela sua vontade em encontrar uma causa comum com os esquerdistas não-evangélicos.⁸¹ Enquanto *O Estandarte* exortou seus membros a participar da “conscientização popular”, a revista de jovens metodistas reclamava do “mundo em que vivemos”, mas não para denunciar o comunismo ou uma crise moral. Em vez disso, a revista focava na “inflação [que] vem maltratando o nosso povo já tão sofrido (...) [a] falta de alimentação adequada, e daí falta de saúde, de roupa, de educação”. Em 1975, os líderes

76 CAMPOS, Leonildo Silveira. Os políticos de Cristo; BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais*.

77 Editorial. *Jornal Batista*, p.1, 05/04/1964.

78 A morte do estudante. *Jornal Batista*, p.3, 04/04/1968; A prisão dos padres. *Jornal Batista*, p.3, 22/12/1968; Ver PEREIRA, João Reis. Bispo guerrilheiro. *Jornal Batista*, p.2, 08/02/1981.

79 CUNHA, Guilhermino. *Comemoração do dia do diplomata*. Rio: Escola Superior de Guerra, 1980.

80 A vitória da democracia. *O Presbiteriano Conservador*, p.3, abr./mai. 1964.

81 RAMALHO, José Ricardo Pereira. *Uma presença no tempo: a vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos, 2010; SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque, p.169, p.174.

luteranos alardeavam uma inconfundível política esquerdista, celebrando o Dia do Trabalho e o Ano Internacional da Mulher.⁸²

Na verdade, o ativismo do *Jorev* luterano chegou a um ponto que atraiu a ira dos leitores – similar em espírito, se não em tom, à crítica enfrentada pelo *Mensageiro*, quando ele começou a publicar artigos políticos. Um leitor de Blumenau do *Jornal Evangélico* reclamou não apenas que a revista tinha se tornado muito política, mas que suas políticas eram muito esquerdistas. O leitor condenou os artigos antiapartheid e pró reforma agrária do *Jornal*.⁸³ Embora outros leitores defendessem as decisões editoriais de esquerda, tal virada claramente marcou uma mudança que não era palatável para todos os leitores luteranos, assim como a politização do *Mensageiro* não tinha satisfeito a todos os seus assinantes.

Mesmo na década de 1970, no entanto, era evidente que a política do *Mensageiro* era muito diferente daquela das denominações progressivas. Embora os contornos da politização evangélica não tenham totalmente tomado forma até a Constituinte, um olhar sobre o processo de entrada evangélica na política, começando no período de abertura política, nos mostra as questões que iriam distinguir a Nova Direita nascente dos protestantes mais de esquerda. Sancionando a política mundana pela primeira vez, batistas e assembleianos de direita, unidos a um punhado de outras vertentes protestantes, alegaram a crise moral como o “nosso terreno” e a razão para sua entrada nas coisas “sujas” deste mundo. Juntamente com o ecumenismo, o anticomunismo e as atitudes em relação ao regime militar, o moralismo era uma das questões que sustentou a separação de uma direita religiosa no Brasil das demais vertentes protestantes.

Em 1982, o apoio dos evangélicos conservadores ao regime e à reação moral rendeu-lhes amigos poderosos. Quando Nilson Fanini fez a sua famosa passeata “Deus Salve a Família” – que encheu o Maracanã –, o Presidente Figueiredo não só participou, como também foi até o pódio. Do pódio (ou púlpito), o presidente elogiou o império *Reencontro*, de Fanini. “Caríssimos amigos”, discursou à multidão reunida, “no mundo tumultuado pela mudança constante,” o programa de Fanini “preserva os valores elementares da criatura humana, da sua dignidade e da sua espiritualidade”.⁸⁴ O apoio do governo ao *Reencontro*, com base no foco comum do “tumulto” e da necessidade de reafirmação da moralidade baseada na família, atingiu um novo nível no final de 1983. Em novembro desse mesmo ano, o presidente escolheu a corporação de Fanini, Rádio Difusão Ebenezer, entre treze

82 O mundo em que vivemos. *Flâmula Juvenil*, p.24, set./dez 1981; MATEUS, Odair. Lute pela vida! *O Estandarte*, p.10, 31/03/1983; Primeiro de maio: festa ou protesto? *Jornal Evangélico*, 1-15/05/1975; 1975: um ano só para ELAS. *Jornal Evangélico*, p.5, 15-28/02/1975; Um basta à submissão. *Jornal Evangélico*, p.5, 15-28/02/1975.

83 FREYTAG, F. Jornal Mais Político. *Jornal Evangélico*, p.2, 21 fev./12 mar. 1988.

84 Presidente aponta evangelho como ‘Guia Seguro.’ *Reencontro*, p.3, 09/1982.

candidatos, para controlar o Canal 13, do Rio de Janeiro, uma plataforma que levaria o *Reencontro* a uma maior visibilidade nacional.⁸⁵

A proximidade com a agenda moral do regime militar levou os evangélicos conservadores aos corredores do poder, às vezes literalmente. Em 1982, celebrando uma repressão planejada contra a pornografia, Figueiredo recebeu em seu gabinete um grupo de pastores evangélicos para um momento de oração e solidariedade. Em uma cerimônia gravada em vídeo, arquivada e distribuída pelo secretário de imprensa do presidente, os pastores presenteavam Figueiredo com uma Bíblia e elogiavam sua "tomada de posição" contra a pornografia e a imoralidade. Figueiredo respondeu que ele estava tomando medidas contra a "indecência", porque ele "não podia [s]e conformar". Em seguida, agradeceu e elogiou os pastores como pilares da comunidade moral do Brasil:

Os senhores nessa demonstração (...) defendem com intransigência (...) os interesses da nossa sociedade crista. Não podem imaginar, o quanto os senhores estão dando para nossa Pátria. Em particular (...) estão dando de estímulo para mim. As palavras generosas que acabei de ouvir (...) eu confesso, elas vão servir de emulação. (...) E já que se fala tanto em direitos de homem – inclusive na Igreja – é bom que falemos também nos deveres para com Deus, (...) e nos deveres para a defesa das nossas famílias.⁸⁶

Momentos como estes deram aos evangélicos conservadores boas razões para se entusiasmarem com Figueiredo e serem otimistas em relação a sua própria ascendência sobre o regime. No início da década de 1980, Fanini e outros estavam entusiasmados com a crescente influência dos evangélicos. Como o *Reencontro* colocou, eventos como o do Maracanã triunfaram "entre outros que poderíamos alinhar, como o crescente espaço ocupado por Pastores, líderes e assuntos da nossa comunidade evangélica nos meios de comunicação de massa universais, evidenciam o início de uma nova era para esse importante segmento da sociedade brasileiras".⁸⁷

85 Governo concede canal 13 de televisão ao Pastor Fanini," *Reencontro: Jornal da Cruzada Pastor Fanini de Evangelização*, p. 1, 01/1984

86 Governo João Figueiredo. Arquivo Nacional, Acervo Secretaria de Imprensa e Divulgação, DX/MID.0085 (VHS #219), mar./abr. 1982

87 O Novo tempo do povo evangélico. *Reencontro*, p.2, 01/1984.